

DOSSIÊ: GÊNERO, PESCA E CIDADANIA: REFLEXÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS, TRABALHO E EQUIDADE

DOSSIER: GENDER, FISHERY AND CITIZENSHIP: REFLECTIONS ON PUBLIC POLICY, LABOR AND EQUITY

Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão¹

Edna Ferreira Alencar²

Enrique Alonso-Población³

Luceni Hellebrandt⁴

APRESENTAÇÃO AO DOSSIÊ

Quando pensamos o Dossiê “**Gênero, Pesca e Cidadania**: reflexões sobre políticas públicas, trabalho e equidade” intencionamos reunir textos que discutem os desafios para a construção da equidade de gênero no processo de trabalho e nas políticas públicas relacionadas ao universo pesqueiro e, sobretudo, que os artigos científicos contribuíssem, através de abordagens etnográficas, de diferentes maneiras de inserção das mulheres na atividade pesqueira. Neste sentido, o conjunto de textos aqui apresentados responde à proposta do Dossiê.

Os 8 textos têm em comum a leitura que realizam sobre diferentes contextos que compõem o universo pesqueiro através de lentes de gênero, conforme argumenta M.

¹ Docente Titular da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Doutorado em Estudios Iberoamericanos – Universidade Complutense de Madrid. Publicações e coordenação de projetos de pesquisa e extensão sobre gênero e pesca artesanal. Lider do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento e Sociedade CNPq/UFRPE www.gpdeso.com. E-mail: maria.aleitao@ufrpe.br.

² Docente Titular da Universidade do Pará (UFPA). Pós-doutora na Université Sorbonne Nouvelle Paris 3/França, junto ao Centre de Recherche et de Documentation des Amériques (CREDA). Doutora em Antropologia Social e Cultural pela Universidade de Brasília. E-mail: ealencar@ufpa.br

³ Anthropology Lab – Chile. E-mail: enrique.alonso@arthropologylab.org.

⁴ Cientista Social pela UFPel, Mestre em Gerenciamento Costeiro pela FURG e Doutora em Ciências Humanas pela UFSC. Desenvolve pesquisas sobre gênero e pesca desde 2012, destacando o estágio pós-doutoral no projeto “Mulheres na Pesca”, desenvolvido no PPGPS/UENF entre 2017 e 2019. Atualmente em estágio pós-doutoral no PPGAnt/UFPel. Email: luceni.hellebrandt@gmail.com

Williams (2008). Um tema que ressaltamos é a invisibilização do trabalho das mulheres no setor pesqueiro, pois em diferentes contextos socioambientais elas sejam responsáveis por uma produção que pode ser mais importante do que a pesca realizada pelos homens considerando-se que a mesma ocorre com maior regularidade (HARPER et al, 2013; ALENCAR e SOUSA, 2017), mas que tem sido subestimada como destacam Alencar e Sousa neste volume. Isto significa, também, que é preciso analisar como as políticas públicas classificam as mulheres que executam atividades na cadeia produtiva da pesca artesanal e os sentidos atribuídos ao termo pesca. Por definição legal, a pesca refere-se tanto à atividade de captura quanto aos processos relacionados a esta, ou seja, “os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal.” (BRASIL, 2009). Ler o universo pesqueiro utilizando lentes de gênero significa também observar como as intervenções do capital privado e do Estado impactam na vida de mulheres de comunidades pesqueiras, quando causam modificações ambientais e o acesso aos recursos nos referidos territórios.

Assim, o texto de Sandra Palheta e Edna Alencar é um bom ponto de partida reflexivo. Em “Diálogos entrecruzados sobre saúde, trabalho e território: experiências de pescadoras inseridas no Movimento de Pescadores e Pescadoras (MPP) e na Articulação Nacional de Pescadores (ANP)” as autoras fazem um resgate histórico das articulações das pescadoras artesanais em movimentos sociais para sua inclusão nas políticas públicas e acesso a direitos sociais direcionados às pessoas envolvidas na atividade pesqueira no Brasil. No texto, as autoras demonstram como esses movimentos sociais articulam discussões sobre saúde ocupacional, defesa de territórios pesqueiros e reconhecimento identitário e profissional, necessários para o acesso aos direitos previdenciários, como seguro desemprego, licenças, afastamentos e aposentadoria.

Essas lutas, ainda que insuficientemente relatadas academicamente (SOUZA; RIBEIRO; MARTINEZ, 2019), não devem ser consideradas como uma história não contada e é isso que revela o artigo “Boletim O LEME: as pescadoras artesanais de Pernambuco”, de Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão e Amanda Gonçalves Pereira. As autoras se debruçaram sobre 120 edições do boletim informativo do Conselho

Pastoral dos Pescadores, publicadas entre 1972 e 2004. Elas apontam o número expressivo de edições que abordam a temática da divisão sexual do trabalho no universo pesqueiro, as consequências da precarização do trabalho e a vulnerabilidade social das pescadoras, a luta e o engajamento político, na ocupação de espaços de poder e tomada de decisões para direitos e políticas públicas que as contemplam. Outra questão de destaque neste artigo é o papel articulador da Igreja Católica, em sua vertente progressista, expressa na corrente da Teologia da Libertação, enquanto instituição que organiza a luta política nas comunidades pesqueiras.

Fé e pesca andam juntas, como também é demonstrado no artigo “Pescadoras de Quissamã/RJ: entre as negociações com os homens e a fé em Deus”, no qual as autoras Luceni Hellebrandt, Deisimara Barreto Peixoto Gomes Moraes e Silvia Alicia Martínez discorrem sobre as mulheres de comunidades pesqueiras do município localizado no Norte Fluminense. Além da fé como elemento mobilizador e de resistência, as autoras apontam outras estratégias de sobrevivência adotadas por tais pescadoras para permanecer na pesca, que inclui as negociações com os homens para atuarem na atividade e nos territórios pesqueiros impactados pelas intervenções do capital privado e do Estado. As autoras destacam que as consequências dessas intervenções são reforçadas sobretudo quando o apoio governamental, expresso em formato de políticas públicas de fomento, promovem o discurso desenvolvimentista do crescimento econômico, pouco preocupando-se com a justiça social e ambiental, como é o caso relatado pelas autoras a partir de impactos socioambientais desencadeados pela indústria de petróleo e gás na Bacia de Campos.

Também situado no estado do Rio de Janeiro, e também analisando a relação do Estado com o capital privado, o artigo de Edmir Amanajás Celestino, Edna Alencar, e Lamounier Erthal Villela, problematiza as “Políticas de desenvolvimento no Brasil e impactos sobre a pesca artesanal no estado do Rio de Janeiro”, a partir da dicotomia entre a gestão estratégica e o bem-estar social. Os autores chamam a atenção para as políticas na forma de incentivos fiscais e financeiros dirigidos ao setor pesqueiro e a outros setores que competem com a pesca artesanal por territórios, destacando os impactos nos modos de uso do espaço costeiro e marinho. Chamam a atenção para a necessidade de se

Apresentação do Dossiê - Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão; Edna Ferreira Alencar; Enrique Alonso-Población; Luceni Hellebrandt – p. 3-8

desenvolver mecanismos que possibilitem a interlocução e participação das comunidades pesqueiras no planejamento de políticas públicas, nos espaços de governança, e em processos de tomada de decisão.

A temática das políticas públicas e o setor pesqueiro também é objeto de análise no caso apresentado no artigo “Programa Chapéu de Palha da Pesca Artesanal em Itapissuma – Pernambuco”, de autoria de Maria do Rosário de Fátima de Andrade Leitão e Geize dos Santos, que analisa as políticas públicas implementadas no período de 2012 a 2016 que beneficiaram pescadoras de 57 municípios situadas do litoral ao sertão de Pernambuco. O artigo abrangeu esta diversidade de territórios, ambientes e sujeitos sociais sendo justificada pelas autoras quando destacam que “Falar sobre comunidades tradicionais e seu modo de vida remete às narrativas sobre o lugar ocupado por esses sujeitos sociais, que no Nordeste brasileiro, incluem especialmente indígenas e afro-brasileiros. Esta situação de condição periférica tem contribuído para o engajamento em movimentos sociais na luta por direitos territoriais, laborais e em defesa do meio ambiente”. Assim, descrevem a política pública que se valeu da estratégia de combinar a atuação oriunda de diferentes atores institucionais com a Secretaria da Mulher, promovendo formações políticas com abordagens sobre acesso aos direitos sociais, situação de conflitos políticos, e relação de gênero e pesca.

As pescadoras consistem nos sujeitos de pesquisa do texto elaborado por Edna Alencar e Isabel Soares de Sousa em “Mulheres na gestão de recursos pesqueiros na região do Médio Solimões, Amazônia: conservação da biodiversidade, acesso à renda e resiliência da pesca”. As autoras problematizam a inserção das mulheres em projetos de gestão de recursos pesqueiros em oito projetos de manejo de pirarucus e as ações desenvolvidas em sistemas de lagos situados nas RDS Mamirauá, Amanã e em áreas do entorno dessas unidades de conservação, localizadas na região do Médio Solimões, no estado do Amazonas. A utilização de uma lente de gênero para analisar as formas de participação das mulheres, enquanto agente ativo, nos espaços de tomada de decisões contribui para questionar modelos culturais locais de divisão sexual do trabalho na pesca. Para tanto, elas devem estar permanentemente atentas para incluir nas pautas das reuniões temas que visem garantir seus direitos de participação, ou fazer com que as normas sejam

respeitadas e seu trabalho valorizado. As autoras destacam que a inclusão das mulheres nos projetos de gestão não consiste em sua adequação às normas existentes, mas deve ser capaz de contribuir para seu empoderamento. Por fim, as autoras destacam que a presença das mulheres nos projetos favorece a participação de crianças e jovens, cria oportunidades de partilha intergeracional de conhecimentos e habilidades técnicas que caracterizam os sistemas socioecológicos locais, que orientam a execução de projetos de gestão de recursos pesqueiros, necessários para que se promova a sustentabilidade dessas ações e garanta a resiliência da pesca artesanal.

Também é interessante acompanhar o processo de construção de uma política pública que atende mulheres que desenvolvem um tipo específico de pesca, como Fernanda Pacheco Huguenin propõe no texto “O reconhecimento emalhado na lei: reflexões sobre a política de desenvolvimento e apoio às atividades das marisqueiras”. A autora descreve o complicado e tumultuado percurso da tramitação do processo legislativo da Lei 13.902/19, desde sua formulação original, em 2015, até a sanção presidencial quatro anos depois. A autora aponta que a proposta inicial resultou em uma Lei desidratada, que pouco reflete alguma intenção original de assegurar investimentos em educação, saúde e bem-estar às mulheres que atuam na atividade pesqueira, por meio de uma política pública inclusiva.

Para fechar este volume, temos um artigo de opinião assinado pelas quatro pessoas responsáveis pela organização do Dossiê. Em “Mulheres no centro do palco. Reconceitualizando a agência feminina como o núcleo para uma agenda feminista em pesquisas sobre pesca: uma breve discussão sobre dilemas e desafios”, apresentamos uma proposta para estimular as pesquisas sobre pesca a avançar na agenda feminista. Partimos de uma breve revisão da literatura que trata sobre o tema da pesca para argumentar que a maioria das pesquisas realizadas pouco evidencia o papel das mulheres na transformação da realidade. Apontamos que as pesquisas ainda estão fortemente voltadas para as análises estruturais, dando pouca ênfase ao papel das mulheres como agentes de mudança. Ou seja, as abordagens que realizam sobre o papel das mulheres na pesca visam atender um objetivo político que é usar os resultados para apontar ações que promovam melhorias na vida das mulheres, chamando a atenção para as restrições estruturais que as impedem de

Apresentação do Dossiê - Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão; Edna Ferreira Alencar; Enrique Alonso-Población; Luceni Hellebrandt – p. 3-8

receber reconhecimento social e acessarem direitos plenos como trabalhadoras e cidadãs. Nesse sentido, fazemos uma provocação a pesquisadoras e pesquisadores para que desenvolvam pesquisas que apontem para a agência das mulheres em espaços de tomada de decisão e organizações coletivas voltadas à pesca.

Desejamos que o Dossiê “**Gênero, Pesca e Cidadania: reflexões sobre políticas públicas, trabalho e equidade**”, contribua para inspirar novas pesquisas com novas abordagens que destaquem todos os agentes do setor pesqueiro, e tragam novas etnografias. Boa leitura!

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Edna F., SOUSA, Isabel S. Relatório Final de Pesquisa CNPQ- Processo 471026/2014-0. Gênero, Pesca e Ambiente: caracterização do trabalho e perfil sociodemográfico das mulheres pescadoras que participam de projetos de manejo de recursos pesqueiros nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã, Am. Belém, 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.959**, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso 19 nov. 2020.

HARPER, Sarah; ZELLER, Dirk, HAUZER, Melissa; PAULY, Daniel; SUMAILA, Ussif Rashid. Women and fisheries: Contribution to food security and local economies. **Marine Policy**, v. 39, p. 56–63, 2013. <http://dx.doi.org/10.1016/j.marpol.2012.10.018>

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SOUZA, Suelen; RIBEIRO, Natália; MARTÍNEZ, Silvia. Mulheres em comunidades pesqueiras no Brasil: um balanço da produção em teses e dissertações (2007-2017). In: MARTÍNEZ, Silvia Alicia; HELLEBRANDT, Luceni (Orgs.). **Mulheres na atividade pesqueira no Brasil**. Campos dos Goytacazes/RJ: EDUENF, 2019.

WILLIAM, Meryl. Why Look at Fisheries through a Gender Lens? **Development**, v.51, p. 180–185, 2008. doi:10.1057/dev.2008.2

Recebido em: 07/07/2021 Aprovado em: 25/08/2021
--

Apresentação do Dossiê - Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão; Edna Ferreira Alencar; Enrique Alonso-Población; Luceni Hellebrandt – p. 3-8

Página 8